

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2 - Compromissos plurianuais:

- a) - Despesa a realizar com passes escolares dos alunos matriculados nos diversos graus de ensino (vinhetas);**

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, do estatuído nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e nos termos do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção do compromisso inerente à Despesa a realizar com passes escolares dos alunos matriculados nos diversos graus de ensino (vinhetas).**

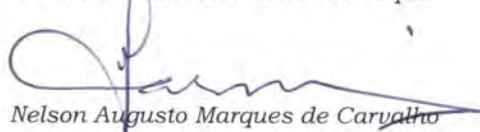
Votação:

A PROVA DA POR UNANIMIDADE



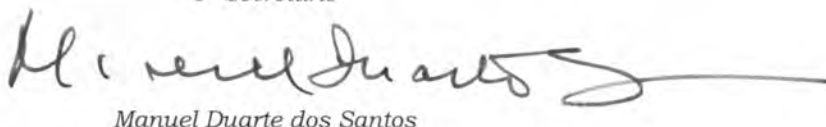
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2 - Compromissos plurianuais:

- b) - **Comparticipação do Município de Abrantes no projeto “APP Mobile Descubra – Aplicações Móveis, para os 13 concelhos do Médio Tejo”;**

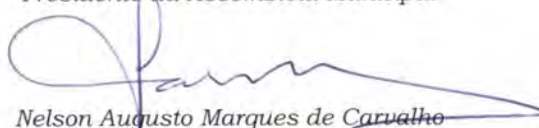
Considerando o disposto na alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção do compromisso referente à participação do Município de Abrantes no projeto “APP Mobile Descubra – Aplicações Móveis, para os 13 concelhos do Médio Tejo”, repartido entre 2014 e 2015.**

Votação:

A PROVA DA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



abrantemunicípio
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2 - Compromissos plurianuais:

c) - Minuta do contrato de arrendamento urbano para fins habitacionais com prazo

Considerando o disposto na alínea k), do n° 2 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n° 1 do artigo 6°, da Lei n° 8/2012, de 21 de Fevereiro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção do compromisso referente ao contrato de arrendamento urbano para fins habitacionais com prazo.**

Votação:

APROVADA POR MAIORIA, com 1 voto
contra (BE)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1° Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO


2 - Compromissos plurianuais:

d) – Contrato de fornecimento de energia ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT

Considerando o disposto na alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção do compromisso referente ao contrato de fornecimento de energia ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT.**

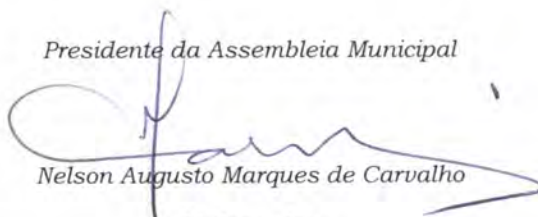
Votação:

APROVADA POR MAIORIA, COM 1 VOTO
COMTE (BF)



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. - Grandes Opções do Plano para 2015 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais Mais Relevantes 2015-2018) e, respetivo Orçamento para o ano de 2015 – Câmara Municipal de Abrantes e Serviços Municipalizados

Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea a) e o disposto no artigo 33º nº alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com os artigos 44º a 46º da Lei 73/2014, e com o artigo 29º nº 4 da Lei 35/2014 de 20/6 e ponto 2.3.2 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** as **Grandes Opções do Plano para 2015 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais Mais Relevantes 2015-2018/Quadro plurianual de Programação Orçamental)** e, respetivo Orçamento para o ano de 2015 – Câmara Municipal de Abrantes e Serviços Municipalizados.

Votação:

A PROVA DA POR MAIORIA, com 7
votos contra (1 BE + 1 EDS/PP + 5-PSD);
e 6 abstenções (Presidentes de Junta
de Aldeia do Mato/Souto; Mouriscas;
Rio de Moinhos; e 3 CDU)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

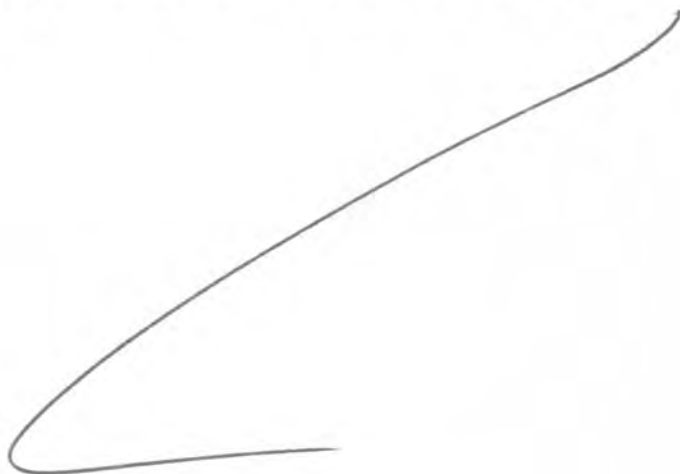
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. - Alteração ao mapa de pessoal, resultante da recente alteração da estrutura orgânica

Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar a Alteração ao mapa de pessoal, resultante da recente alteração da estrutura orgânica.**

Votação:

A PROVA DA POR UNANIMIDADE



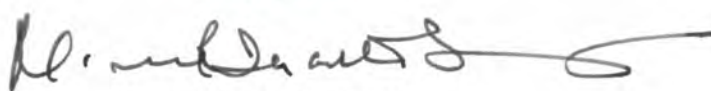
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
			Tempo total		Tempo parcial		P	AP	P	AP	P	AP					
			P	AP	P	AP							P	AP			
Pessoal Dirigente																	
Os titulares de cargos de direcção exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril com a redacção dada pelas respectivas alterações.	Dirigente	Dirigente Intermediário de 2.º Grau - Chefe de Divisão															
Os titulares dos cargos de direcção intermédia de 3º grau, exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas no modelo de estrutura organizacional dos serviços municipais, aprovado pela Assembleia Municipal, nomeadamente, funções de direcção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.	Dirigente	Dirigente Intermediário de 3º Grau - Coordenador de unidade organica															
Ao comandante operacional de protecção civil compete exercer a actividade tendo em vista os objetivos fundamentais da protecção civil, a saber, prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Em especial compete-lhe exercer as funções previstas no artigo 14º da Lei 65/2007, de 12/11.	Comandante Operacional Municipal	Comandante Operacional Municipal															

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Carreiras gerais - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas																	
Aos técnicos superiores, de acordo com a sua área de formação e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.	Technico Superior	Technico Superior	79	2 d)	1									2 d)	4 e) f)	1	
Aos coordenadores técnicos compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, exercer funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	12	1											1		
Aos assistentes técnicos, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	103	1 g)											1	2	1

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
			P	AP	Tempo total		Tempo parcial		P	AP	P	AP	P	AP			
					P	AP	P	AP									
Aos encarregados operacionais, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	3														
Aos assistentes operacionais, de acordo com a sua área de especialidade e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à sua manutenção e reparação dos mesmos.			Assistente Operacional	126	5 h)												2

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
			P	AP	Tempo total		Tempo parcial		P	AP	P	AP	P	AP			
					P	AP	P	AP									
Carreiras subsistentes e carreiras não revistas																	
Aos especialistas de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções de concepção e aplicação em qualquer das seguintes áreas: Gestão e arquitectura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software.(ver especificações na referida Portaria). Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respectivas áreas de especialidade: - colaborar na definição de políticas, no desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de actividades de consultadoria e auditoria especializada; - estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática: - participar no planeamento e no controlo de projectos informáticos.	Especialista de informática	Especialista de informática, grau 2	1														
		Especialista de informática, grau 1	1	1 i)													
Aos técnicos de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções as no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções numa das seguintes áreas funcionais: infra-estruturas tecnológicas e engenharia de software, conforme especificações no n.º 3 da Portaria referida.	Técnico de informática	Técnico de informática, grau 1	7	1 j)													

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR		
					Tempo total		Tempo parcial												
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Aos fiscais municipais, compete exercer as funções previstas no Despacho SEALOT nº20/94, publicado no Diário da Republica nº110 de 12 de Maio de 1994, nomeadamente, fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública., publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica.	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Especialista	2																
		Fiscal Municipal 1ª classe	2																
		Fiscal Municipal 2ª classe	1																
Aos fiscais de obras, compete exercer as funções previstas no Despacho n.º 38/88, publicado na II série do DR de 36 de janeiro de 1989, nomeadamente fiscalizar os trabalhos realizados na via pública, por empresas concessionárias e outras, de acordo com o regulamento de obras na via pública, efectuando as medições necessárias; Informa os processos que lhe são distribuídos; Obtem todas as informações de interesse para os serviços onde está colocado, através de observação directa no local; Verifica e controla as autorizações e licenças para a execução dos trabalhos; Vistoria prédios, informando sobre o seu estado de conservação.	Fiscal de obras	Fiscal de Obras	1																
		chefe	0													1			
Ao bombeiro profissional, compete exercer as funções de socorro à população, nomeadamente as previstas no Dec-Lei nº 106/2002 de 13/04 e no Dec-Lei nº 241/2007 de 21/06, com as alterações que lhe foram introduzidas.	bombeiros	bombeiro de 1ª	2													1			
		bombeiro de 2ª	5														4		
TOTAL			345	11	1	0	0	0	0	0	4	6	0	0	3	7	9	1	1

R.6/7

Legenda:

P: Posto de trabalho providos

AP: Postos de trabalho a prover

RJEPTI: Relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado

RJEPTD: Relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável

CIP: Cedência de Interesse publico (entidades de origem ou de destino, consoante o fluxo, não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

M: Mobilidade (entidades empregadoras publicas de origem ou de destino, abrangidas pelo ambito de aplicação objetivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

LsR: Licença sem remuneração

Observações:

- a) Quatro técnicos superiores do mapa de pessoal do Município de Abrantes, encontram-se em comissão de serviço, como Chefes de Divisão, três dios quais em regime de substituição
- b) Recrutamento de 3 Chefes de Divisão para a Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano, Divisão de Cultura, Património e Desporto e Divisão de Gestão de Projetos e Produção
- c) Recrutamento de 2 Dirigentes de 3º Grau para as Unidades Organicas de 3º grau de Ambiente e Sustentabilidade e de Desenvolvimento Económico e Turístico
- d) Recrutamento de 2 postos de trabalho, ocupados em mobilidade intercarreiras, com formação superior nas áreas de linguas e de ciências documentais.
- e) Dois postos de trabalho em mobilidade na categoria, com formação superior em História e engenharia civil
- f) 2 postos de trabalho em mobilidade intercarreiras; com formação superior na área de gestão turística e cultural e administração publica.
- g) Recrutamento de um posto de trabalho de assistente técnico, que se encontra ocupado em mobilidade intercarreiras
- h) Recrutamento de 1 posto de trabalho para funções de electricista, 2 postos de trabalho para funções de pedreiro, 1 posto de trabalho para funções de Pintor de Construção Civil, 1 posto de trabalho para funções de Eletricista Auto.
- i) Recrutamento de 1 posto de trabalho, com formação superior ao nível mínimo de licenciatura na área de informática
- j) Recrutamento para 1 posto de trabalho com formação em curso que confira certificação da qualificação de nível 3 na área de informática



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. - Reconhecimento do interesse público do projeto da obra nº 270A – Ligação à ETA da Cabeça Gorda, promovida por Águas do Centro

Considerando o disposto na alínea k), do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **aprovar o Reconhecimento do interesse público do projeto da obra nº 270A – Ligação à ETA da Cabeça Gorda, promovida por Águas do Centro.**

Votação:

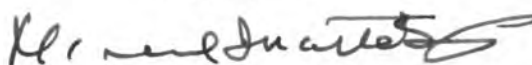
APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. - Abertura de procedimento pré-contratual para aquisição de serviços de comunicações fixas de voz e dados

Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção de compromisso plurianual referente ao procedimento pré-contratual para aquisição de serviços de comunicações fixas de voz e dados.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- 7. - Revogar o Regulamento de Alcoolemia, publicitado na intranet designado de “Normas de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool”**

Considerando o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **Revogar o Regulamento de Alcoolemia, publicitado na intranet designado de “Normas de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool”, aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Abrantes de 14 de dezembro de 2007.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE



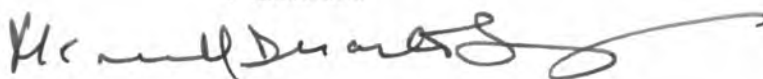
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. - Proposta de constituição de júris dos procedimentos concursais para dirigentes

Considerando o disposto no artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **constituição de júris dos procedimentos concursais para dirigentes**, conforme documento anexo.

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

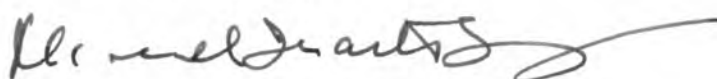
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9. - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – aprovação da percentagem a aplicar em 2015

Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 106º, nº 2, alínea b), da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na atual redação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em 0,25%, para o ano de 2015.**

Votação:

APROVADA POR MAIORIA, com 1 abstenção (BF)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 14 de novembro de 2014


PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

10. - Revisão do Programa “+Comércio no Centro”

Considerando o disposto na alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **Revisão do Programa “+Comércio no Centro”** conforme documento anexo.

Votação

APROVADA POR MAIORIA, com
um abstenção (BE)



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1° Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/4

Regulamento “+Comércio no Centro”

Enquadramento

A iniciativa “+Comércio no Centro” pretende ser uma forma de intervir e qualificar o Centro Histórico da Cidade de Abrantes (CH) e a sua vivência, procurando a atração e dinamização das atividades ou projetos criativos, reabilitação urbana e apoio ao empreendedorismo jovem, que vão no sentido da sua sustentabilidade.

Neste âmbito, foi pensado e desenvolvido um programa que visa a dinamização do comércio tradicional. De encontro ao referido estabelece-se na alínea 2.2 do ponto 2 - Intervenções no espaço público e comercial, o **eixo 4 – O CH que se distingue**, no **Estudo de Valorização Estratégica do Comércio do CH de Abrantes**, preconizando-se “**Refuncionalizar espaços devolutos e redimensionar áreas comerciais**” - *Introduzindo nesta gestão dos espaços a possibilidade de acomodar estabelecimentos de dimensão superior à atualmente disponibilizada em Abrantes (e possibilitando o acolhimento de iniciativas empresariais modernas que possam exigir padrões diferenciados de ocupação comercial) e, eventualmente, prever a “captação cirúrgica” de segmentos comerciais a instalar em espaços devolutos.*

O programa tem como ideia subjacente conduzir à constituição de novas empresas no centro histórico de forma a dinamizar e incentivar o investimento no CH de Abrantes, com ações dos particulares em parceria com o município.

A dinâmica de envolvimento dos parceiros e de concertação de intervenções, surge deste modo, como um elemento relevante de compromisso para o sucesso da intervenção a realizar, perspetivando-se que tenha impacto indutor positivo sobre futuras ações.

Nesta medida, são aprovadas as seguintes normas que regulamentam a iniciativa “+Comércio no Centro”.

A. Objeto

O programa “+Comércio no Centro” é uma iniciativa do Município de Abrantes destinada à intervenção e qualificação do Centro Histórico da Cidade de Abrantes mediante a atração e dinamização de atividades ou projetos criativos, reabilitação urbana e apoio ao empreendedorismo jovem, possibilitando aos promotores dos projetos a utilização de espaços comerciais devolutos com condições atrativas.

B. Adesão

A iniciativa “+Comércio no Centro” será formalizado através de documento de adesão que constitui anexo ao presente regulamento, e que será disponibilizado no sítio da Internet do Município de Abrantes www.cm-abrantes.pt, o qual deverá ser acompanhado dos restantes elementos previstos no presente regulamento.

Os pedidos de adesão deverão ser submetidos por correio eletrónico para o endereço maisrua@cm-abrantes.pt, devendo ser instruídos com os seguintes elementos:

- a) Formulário do pedido de adesão, devidamente preenchido;
- b) Listagem de produtos que pretende comercializar ou dos serviços que pretende prestar;
- c) Plano de atividades para o período de um ano a implementar no estabelecimento;
- d) Mapa de pessoal, indicando o número e a categoria profissional do(s) trabalhador(s) a colocar em serviço no estabelecimento;
- e) Comprovativo de início de atividade e do respetivo CAE (Código da Atividade Económica);
- f) Descrição dos seguintes critérios:
 - f.1) Viabilidade técnica do projeto;
 - f.2) Perfil do promotor;
 - f.3) Potencial dinamizador do projeto;
 - f.4) Criatividade e inovação;
- g) Montante de investimento previsto;
- h) Contrato de arrendamento, válido nos termos da lei.

C. Elegibilidade

1. São abrangidas pelo programa “+Comércio no Centro” as ideias inovadoras e criativas de negócio a localizar no Centro Histórico de Abrantes, contribuindo para um complemento integrado com as atividades económicas aí já instaladas, de modo a constituir conjunto valorizado, coeso, diferenciado e diferenciador.
2. As ideias deverão conduzir à constituição de novas empresas ou ao lançamento de *start-ups*, que deverão instalar-se e cumprir o respetivo período contratual.
3. São elegíveis os pedidos de apoio destinados à instalação de novas atividades quando as mesmas:
 - 3.1. Se integrem na Divisão 47 da Secção G (“Comércio a retalho, exceto de automóveis e motociclos”) do Anexo ao Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de novembro, que estabelece a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (ou na que venha eventualmente a suceder-lhe);
 - 3.2. Se refiram a outras atividades comerciais e de prestação de serviços, incluindo os praticados em estabelecimentos de restauração ou de bebidas, desde que as mesmas evidenciem inequívocas mais-valias em termos de inovação ou de tradição.

D. Avaliação dos pedidos de adesão

A avaliação dos pedidos de adesão submetidos ao programa “+ Comércio no Centro” será efetuada pelo Município de Abrantes, que se encarregará de zelar pelo cumprimento do Regulamento.

E. Decisão

1. A análise do pedido de adesão será feita mediante decisão do Município de Abrantes fundamentada nos termos do presente regulamento e de acordo com a avaliação referida no ponto anterior, devendo o pedido ser rejeitado nos casos de deficiente ou incompleta instrução.
2. Serão igualmente excluídos os pedidos de apoio relativos a atividades que não correspondam à classificação referida no ponto 3.1., ou que o Município não considere integradas no ponto 3.2. do item "*C. Elegibilidade*".

F. Condições e características do apoio

1. Os estabelecimentos abrangidos pelo apoio têm, durante o decurso da vigência desse apoio, de ostentar publicidade institucional do programa "**+ Comércio no Centro**", associada ou não a outra publicidade de natureza comercial.
2. Ao regime de arrendamento será consagrado que, no período dos 12 (doze) meses iniciais da vigência do Contrato de Arrendamento, o Município suportará 50% do valor da renda devido ao proprietário, até ao limite de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), como forma de apoio e incentivo à dinamização comercial.
3. Nos casos de relações contratuais já estabelecidas cujas partes (proprietário ou arrendatário) hajam apresentado a Ficha de Candidatura ao Programa "**+Comércio no Centro**" nas suas anteriores versões, poderão gozar de idêntico apoio os novos arrendatários de estabelecimentos cuja atividade seja abrangida pelo presente regulamento, sendo contabilizados os 12 (doze) meses seguintes à formalização do pedido de apoio e decisão favorável por parte do Município.
4. Cessará a qualquer momento o apoio prestado pelo Município em caso de revogação do Contrato de Arrendamento ou quando se assista ao incumprimento desse contrato no que ao pagamento da renda diz respeito.
5. Ficará o arrendatário obrigado a, mensalmente, apresentar o comprovativo do pagamento da renda, procedendo a entrega de cópia do respetivo recibo.

G. Confidencialidade

O Município de Abrantes garante a confidencialidade durante todo o processo do pedido de apoio.

H. Informações Adicionais

1. O Município de Abrantes reserva-se o direito de modificar o presente regulamento em qualquer momento.
2. Toda a informação oficial relativa ao presente programa estará disponível na Internet em www.cm-abrantes.pt.

R-4/4